

# Produção de espaços e equipamentos de lazer na beira: um estudo de caso na periferia de Belém-Pará-Amazônia

Diego Andrews Hayden<sup>1</sup>



## RESUMO

O lazer é um fenômeno vivenciado por meio da realização de desejos, de liberdade, de autonomia, de criatividade, de prazer, entre outros. No Brasil, este é um direito adquirido a todo cidadão e equiparado ao direito à saúde, à educação etc. No entanto, a realização deste, de forma universalizada, tem se mostrado deficitária, sobretudo à população periférica e de baixa renda, devido a pouca atenção dada pelo poder público à produção de espaços e equipamentos para realização do lazer de forma pública e a valorização dos espaços privados destinados ao lazer mercadológico que enclausura os mais pobres em suas próprias residências. Neste sentido, este trabalho objetivou contribuir com o debate sobre a produção de espaços e equipamentos do lazer na periferia, bem como seu caráter de resistência como alternativa à falta da oferta deste em seus espaços de convivência. Para isto, utilizamos uma abordagem qualitativa; portanto, complexa, emergente e não rígida, buscando compreender significados por meio de intersubjetividades. Assim, concluímos neste estudo de caso, que na periferia de Belém são produzidos os mais variados espaços e equipamentos de lazer, de forma contínua e espontânea à beira dos canais, em espaço relegado em meio ao monturo e da periculosidade, e destinado à sociabilidade e ao divertimento dos mais variados indivíduos que habitam estes locais.

**Palavras-chave:** Belém. Periferia. Espaços de Lazer. Equipamentos de Lazer. Resistência.

---

<sup>1</sup> Lic. e Bach. em Geografia (FGC), Esp. Em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agroambiental na Amazônia (DAZ-NCADR) e mestrando em Planejamento do Desenvolvimento (NAEA), todos da UFPA. E-mail: diego.andrews.2087@gmail.com.

## **ABSTRACT**

Leisure is a phenomenon experienced through the fulfillment of desires, freedom, autonomy, creativity, pleasure, among others. In Brazil this is na acquired right to a citizen and equated with the right to all healt, education, etc. Howevwe, the realization of this universalized form has shown to be deficiente, especially the peripheral and low-income population, due to the little attention give by the public power to the production of space and equipment for public leisure and the valorization of space private companies destined to Market leisure that cloister the poorest in their own homes. In this sense, tjis work aimed to contribute to the debate on the production of leisure space and equipment in the periphery, as well as its character of resistance as na alternative to the lack of supply in their living spaces. For this, we use a qualitative approach; therefore, complex, emergente and not rigid, seeking to understand meanings through intersubjectivities. Thus, we conclude the case study, that on the suburb of Belém, the most varied spaces ande leasure equipment, continuous and spontaneous on the banks of the canal, in space relegated amidst dunghill and daugerous, and destined to sociability and entertainment of the most varied individuals that inhabit these places.

**Keywords:** Belém. Suburb. Leisure Spaces. Leisure Equipment. Resistance.

## INTRODUÇÃO

A cidade de Belém está localizada no estado do Pará, situada em uma península cercada a osul pelo rio Guamá, a oeste pela baía do Guajará, a norte pelo furo do Maguari e a leste limitando-se com o município de Ananindeua. É banhada por rios e inúmeras afluentes, conhecidos popularmente como igarapés, os quais, em grande parte, são historicamente aterrados e retificados, em decorrência de processos de ocupação urbana, perdendo, assim, sua importância sociocultural anterior: lazer, subsistência, mobilidade, entre outros (SANTOS, 2012).

A cidade de Belém passou por vários processos de transformação de sua paisagem durante a segunda metade do século XX; sobretudo em áreas de baixadas, frutos de pressão popular e de mediação de políticas públicas de urbanização e saneamento, que visam ou visaram a resolução de problemas habitacionais e a incorporação dos igarapés e rios à paisagem urbana a um discurso de modernidade que visava o oferecimento de novos serviços e a melhoria da qualidade de vida para a população (ABELÉM, 2018; BELÉM, 1988).

A área de estudo compreende um espaço de aproximadamente 12 quilômetros de extensão na Bacia Hidrográfica do Una - os canais São Joaquim e o canal Água Cristal -, localizada na confluência de seis bairros da cidade de Belém: Marambaia, Val-de-Cans, Sacramento, Maracangalha, Barreiro e Telégrafo (conforme a Figura 1). Essa área está inserida em um amplo espaço que sofreu intervenção estatal no último quarto do século XX, devido ao projeto de macrodrenagem da Bacia do Una por intermédio do programa de “Recuperação das Baixadas de Belém”, implementado entre 1993 e 2004 (ABELEM, 2018; SANTOS, 2012), que objetivava o aterramento de áreas alagadas, a abertura de vias de mobilidade e a criação de um amplo sistema de drenagem para acúmulo e escoamento das águas das chuvas com fins de evitar as inundações.

As características desta área, segundo Santos e Pimentel (2013), refletem a segregação socioespacial do modo de produção capitalista no espaço urbano que fragmenta e ao mesmo tempo articula os espaços, reproduzindo uma dinâmica de “favelização” das baixadas, e expressam as marcas da exclusão e da segregação refletidas por meio das habitações de uma classe menos abastada, de uma ocupação de estruturas consideradas desordenadas, de uma infraestrutura viária deteriorada, da concentração de lixo, da poluição no leito dos canais, bem como da omissão do poder público a respeito das responsabilidades em garantir serviços considerados básicos à reprodução social de forma digna (HAYDEN, 2020).

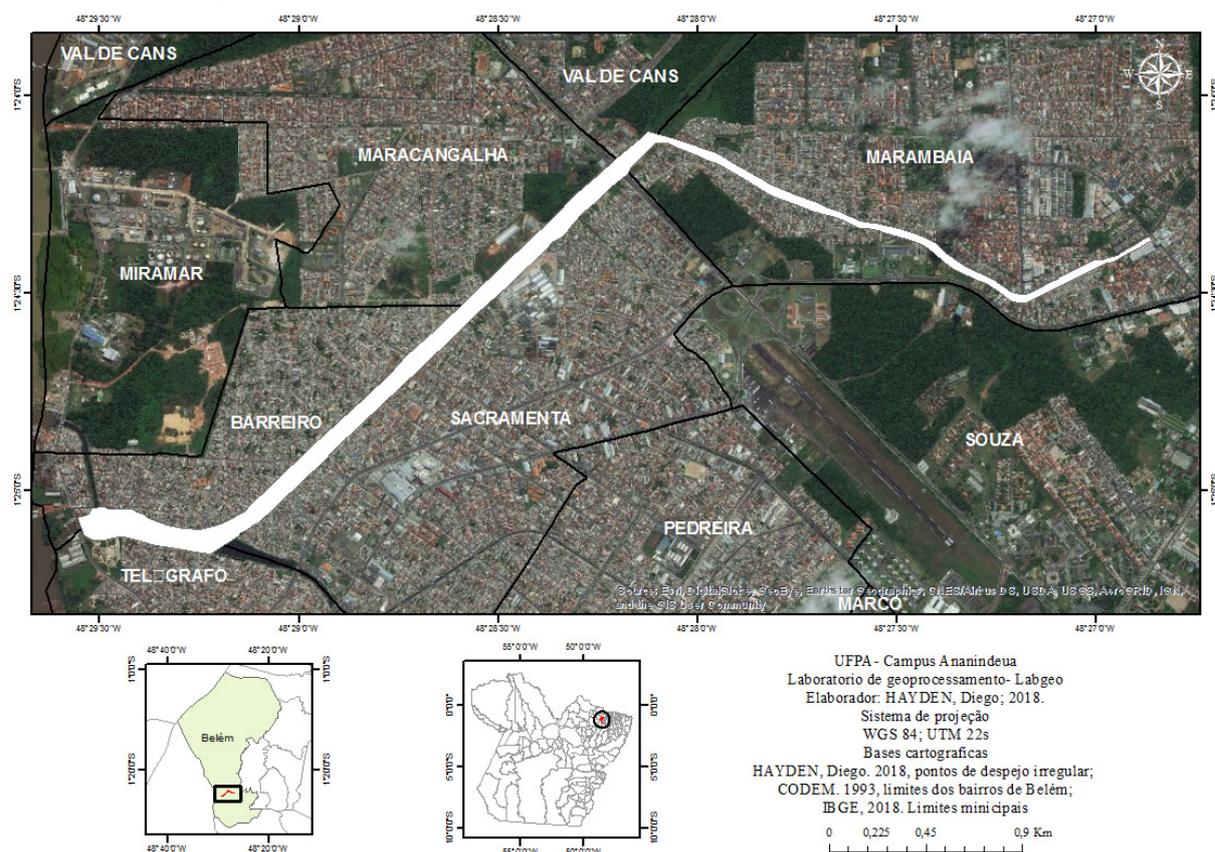
De forma geral, apesar da melhoria infraestrutural nas últimas décadas realizada pelo poder público, nesta área, aparentemente, não houve preocupações com a produção de espaços e equipamentos de lazer, fato que restringiu à população local a realização do lazer de uma forma residencial e/ou a mercantilizada realizada distante de suas habitações. Tal fato, aparentemente, tem influenciado a produção de espaços e equipamentos de lazer por parte da população local, residente nestas áreas periféricas.

A partir do exposto acima, este trabalho pretende contribuir com o debate sobre a produção de espaços e equipamentos para realização do lazer na periferia (neste caso, da cidade de Belém), bem como seu caráter de resistência - explícito ou implícito - como alternativa ao lazer mercantilizado e/ou a falta da oferta deste por parte do poder público.

Para isto, utilizaremos, sobretudo, uma abordagem qualitativa que entende a realidade por meio de uma visão complexa, emergente e não rígida com intensão de compreender

uma situação social, contrastando, comparando, catalogando e classificando um objeto e estudo e buscando perspectivas e significados outros por meio de intersubjetividades (CRESWELL, 2003; MINAYO, 2021). Ademais, este também terá caráter exploratório e sua produção será dada a partir de revisão bibliográfica, de trabalho de campo para coleta de dados fundamentados em observações sistemáticas *in loco* e de registros fotográficos.

Figura 1: Localização da área de estudo na cidade de Belém-PA



Fonte: Organizado pelo autor de IBGE (2010) e Belém (2014).

## MAS, O QUE É O LAZER?

De forma geral, o lazer é um fenômeno que sempre existiu na história da humanidade e está atrelado diretamente às diversas formas de culturas; portanto, se dá de formas diferenciadas a depender das condições sócio-histórico-espaciais. Mas conceituá-lo é um fenômeno moderno, ou seja, um fenômeno urbano-industrial, que “nasce”, segundo Marcellino, Barbosa e Mariano (2006), das tensões entre capital e trabalho e se materializa como um tempo e espaço de vivências lúdicas perpassadas por relações de hegemonia.

Segundo Castro e Castro (2015), a temática do lazer tem sido objeto de estudo de diversos pesquisadores e estudiosos dos mais variados ramos do conhecimento, por se tratar de um fenômeno em permanente transformação. Deste modo, estudá-lo significa compreendê-lo em diferentes aspectos e contextos. Assim sendo, este se caracteriza por ser um objeto amplo, complexo, multisetorial e transversal que compreende uma gama de fatores. Deste modo, ele não segue uma escola de pensamento único ou particular, produzindo uma abordagem eclética e transdisciplinar, uma vez que a realidade existencial do lazer transcende as contribuições disciplinares.

Segundo Castro e Castro (2015), é possível encontrar inúmeras definições de lazer; mas, a mais utilizada é de Dumazedier, um dos pioneiros no estudo de lazer que o caracteriza como:

... um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais (DUMAZEDIER, 1980, p.19 *apud* CASTRO, CASTRO, 2015, p.142).

O lazer está inserido num contexto histórico-sócio-espacial atrelado dialeticamente ao trabalho através da compensação e quebra de rotinas, possibilitando um descanso, um divertimento, um afastamento do trabalho produtivo para vivenciamento do “tempo disponível” (SANTOS; COSTA; TUBINO, 2010), trazendo a este o caráter ‘desinteressado’, buscando a satisfação individual e/ou coletiva na disponibilidade do “tempo-livre” para atividades práticas ou contemplativas (MARCELLINO; BARBOSA; MARIANO, 2006).

## **LAZER COMO DIREITO, MERCADORIA E RESISTÊNCIA**

O lazer, historicamente e conceitualmente, é proveniente das conquistas dos trabalhadores por um tempo legalmente regulamentado e como uma possibilidade de produção de cultura, por meio da vivência lúdica de diferentes conteúdos societários (CASTRO, CASTRO, 2015). Essa vivência é mobilizada por desejos e permeada pelos sentidos de liberdade, autonomia, criatividade e prazer, os quais são coletivamente construídos (SANTOS, 2013). Assim, parece-nos imprescindível entender o lazer como um direito necessário e primordial.

Segundo Lobato e Aires (2013, *s/p apud* ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2009, p. 11), o lazer “é constituído como um direito firmado por meio do artigo XXIV da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948”, discorrendo que “toda pessoa tem direito a repouso e lazer, inclusive à limitação razoável das horas de trabalho e a férias periódicas remuneradas”.

No Brasil, o acesso à prática do lazer é garantido como direito constitucional. Assim sendo, parecer ser necessário refletir sua inserção a atual realidade e as suas possibilidades dentro do sistema capitalista. O lazer está expresso no artigo 6º e 217º da Constituição Federal (BRASIL, 1988) e é definido como um direito social de todo o cidadão brasileiro e possui status de mesma importância que a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, a segurança e a previdência social, por exemplo.

Segundo Santos (2013), a inserção do conceito de lazer na constituição é fruto da manifestação popular que se pronunciou por meio de associações com a cultura, com setores da igreja católica, com representantes de categorias profissionais e movimentos sociais (como o Movimento dos Sem Terras- MST, Central Única dos Trabalhadores - CUT; por exemplo), revelando a preocupação dos mais diversos grupos sociais e suas preocupações parcelares ao assunto. Deste modo, este não foi consenso e proporcionou intensos debates em torno da abrangência do tema e de sua aplicação à saúde, ao esporte, ao turismo, e a outros. Neste sentido, tal temática foi entendida como simples ‘atividade’ por alguns, como ‘direito fundamental’ por muitos, como de fundamental importância à ‘realização integral do ser humano’ e ‘possibilitador de novas aprendizagens’ por outros; e, portanto, como uma necessidade básica dos cidadãos.

De acordo com Ferreira e Rosa (2013), a inclusão do lazer aos demais direitos sociais é um mecanismo muito importante para a produção de políticas públicas, mas tais ficaram muito mais comprometidas, uma vez que os direitos sociais devem ser vistos COMO um instrumento capaz de reduzir abusos e excessos de desigualdades gerados pelo modelo capitalista existente na sociedade, garantindo a toda a população um mínimo de bem-estar social.

Na contemporaneidade capitalista, é preciso frisar que, mesmo que haja práticas de lazer que sejam possíveis sem a necessidade de consumo, a sua mercantilização se dá devido à cultura produtivista que, segundo Siqueira, Siqueira e Simonato (2017, s/p), “interferem na cultura do consumo e na indústria cultural, que visam à obtenção do prazer através da aquisição, da posse e/ou o uso (incluindo a exibição) de bens ou serviços de um produto”; e, para isto, é necessário ter capital para consumi-lo.

Partindo do entendimento que o lazer é direito de todos os cidadãos incluído, inclusive, na Constituição Federal de 1988, é necessária a atuação do Estado por meio de diferentes formas a fim de que a população tenha acesso aos espaços e equipamentos de lazer não somente através de políticas públicas, mas também por meio de políticas educacionais, para possibilitar um melhor entendimento sobre a importância da prática e do acesso ao lazer, conscientizando a população sobre quão necessário é ter acesso a este direito. No entanto, segundo Lobato e Aires (2013, s/p), “é neste ponto que o poder público procura (deixar de) agir”, deixando a população inerte à construção de uma ideia moral e cívica que a atividade do lazer tem potencial para gerar.

É obrigação de o Estado diminuir as desigualdades existentes entre as pessoas. Para isto, no contexto da criação de espaços e equipamentos de lazer, este deve tomar o lugar das empresas privadas que visam a comercialização do acesso a esses espaços através de construções que devem ser realizadas de acordo com a real necessidade da população, atendendo os moradores de cada localidade, principalmente em regiões mais afastadas do “centro” da cidade, pois é nela que vivem as pessoas mais distantes dos espaços e equipamentos de lazer públicos (SIQUEIRA, SIQUEIRA, SIMONATO, 2017).

Os gastos sociais são oriundos de investimentos dos governos locais e nacionais em áreas compreendidas como direito social através do artigo 6º da Constituição Federal brasileira de 1988, incluindo a eles o direito ao lazer que produzem benefícios no campo social e promovem melhorias das condições de vida ao contribuírem no sentido de promoção da qualidade de vida e do bem-estar do cidadão (FERREIRA; ROSA, 2013). Neste sentido, é possível perceber, como aponta Barros (2006), que o lazer enquanto direito tem sido burlado constantemente, sobretudo, nos bairros periféricos e de baixa renda. Tal afirmativa é possível através do entendimento de que o poder público aparentemente não tem pensado o espaço urbano, e, conseqüentemente, as cidades de forma plural e com múltiplas utilidades revelando, como aponta Caravelas e Bahia (2010), o desmazelo do poder público com a produção, utilização, divulgação, manutenção e reestruturação dos espaços e equipamentos de lazer.

Segundo os autores acima, os baixos investimentos orçamentários reduzem os investimentos direcionados ao lazer e fazem com que a indústria cultural – capitaneada pelos setores privados – se utilize desta “oportunidade” para a exploração do lazer como mercadoria a ser vendida, fato que limita cada vez mais as pessoas com baixa renda à realização do lazer público e gratuito, quando existentes. Assim,

... para que o lazer seja democratizado e possibilite condições de desenvolvimento, descanso e divertimento, os equipamentos de lazer precisam ser planejados, construídos de forma adequada, com a execução de contínuas manutenções em suas estruturas físicas e a elaboração de projetos de animação sociocultural adequados ao conteúdo e ao tipo de equipamento (CARAVELAS; BAHIA, 2010, p.23).

Partindo do entendimento acima e admitindo a incapacidade setor público naquilo que diz respeito à dotação orçamentária, a criação e/ou manutenção de estrutura física e a disponibilidade de recursos humanos para a universalização das oportunidades de lazer, torna-se de fundamental importância a implementação e o funcionamento de programas sob o controle de segmentos sociais para fixação de parâmetros e diretrizes para tal realização (SIQUEIRA; SIQUEIRA; SIMONATO; 2017).

Todo o processo relatado até então produz barreiras a realização do lazer, sobretudo, as classes menos abastardas que acabam impossibilitadas à vivência do lazer em tempo livre por falta de condições ou de espaços direcionados à prática do mesmo, em função da falta de investimento adequado, pois os espaços foram ou são planejados de acordo com os “interesses do Estado”, enquanto esfera social necessária à ampliação e acumulação capitalista, localizados sobremaneira em bairros mais antigos e centrais em detrimento dos bairros periféricos onde, de modo geral, não há promoção de lazer como prioridade (CASTRO, CASTRO, 2015, p. 144).

Nesse diapasão, Marcellino, Barbosa e Mariano (2006) apontam que se o espaço e equipamentos para o lazer são privilégios de poucos, por isso há a necessidade de um esforço para sua democratização e proliferação como uma necessidade a ser atendida; ou seja, para que o direito ao lazer – um direito constitucional – seja possibilitado e atenda a todas as pessoas, é necessária uma drástica mudança na forma como a sociedade se realiza, a fim de que todos, mas sobretudo as massas, entendam a importância e os benefícios que o lazer, em suas múltiplas interfaces, pode trazer (SIQUEIRA, SIQUEIRA, SIMONATO, 2017).

Tal conhecimento, explicitamente ou implicitamente, produz uma resistência que se expressa por meio das soluções devido a escassez de espaços e equipamentos de lazer, na realização do lazer apesar da falta de dinheiro, na “falta de capital cultural”, na falta de estrutura adequada, entre outros. Assim, esta reside “na lógica de certas práticas que em seu conteúdo contrariam uma limitação que foi imposta, transformando-se assim em atos de resistência, ainda que sem conotação política expressa” (LOPES, 2018, p.111apud CHAUI, 1985. p.46).

A resistência e criatividade das classes populares sustenta uma dinâmica contraditória que é utilizada para o desenvolvimento de alternativas, que deveriam ser ofertadas pelo poder público, para o seu beneficiamento psicossomático “no desempenho físico e mental devido a sua característica de buscar alternativa por/para descanso em detrimento a todas as atividades que desgastam um ser humano dentro do seu contexto de ser social” (LOBATO; AIRES, 2013, p.5).

Nesse sentido, segundo Bramante (1998), é possível afirmar o potencial sociabilizador dessa resistência/criatividade, pois ele é capazes de unir pessoas em uma atmosfera favorável de alegria, na qual as pessoas comungam desejos e necessidades semelhantes no tempo “livre” - do não trabalho -, criando e recriando experiências, produzindo novas lógicas, originando diferentes compreensões da realidade, diferentes práticas e formas de

vivenciar o lazer, diferentes do *modus* hegemônico que é decorrente de uma realidade de escassez, a partir da qual não se tem outra opção a não ser criar novas formas (LOPES, 2018).

## ESPAÇOS DE LAZER E EQUIPAMENTOS EM BELÉM

O lazer é um fenômeno histórico e tem praticamente a mesma idade que a humanidade. Este, segundo Santos (2017), está atrelado diretamente à cultura em uma rica mistura de conformismo, prazer, liberdade e criatividade. Assim sendo, é necessário considerar “todas” suas possibilidades de inserção nos mais diversos contextos espaciais, temporais, econômicos, políticos da sociedade.

No Brasil, a partir do processo de industrialização no final do século XIX e início do século XX, é acelerada uma série de transformações geopolíticas que modificaram a organização física dos espaços urbanos, bem como as relações capital-trabalho, fazendo “nascer” espaços e equipamentos específicos destinados a serem utilizados no tempo livre, de ócio, de contemplação, de descanso, de divertimento etc.

Em Belém, de forma geral, a produção destes espaços e equipamentos destinados ao lazer “iniciam”, sobretudo, durante o período áureo da borracha, a *Belle Époque*, em meados do século XIX e início do século XX, quando a cidade passou por uma gama de transformações urbanísticas que visavam o embelezamento, o lazer, a amenização das temperaturas, entre outros. Tais espaços foram produzidos para atender à elite local e trouxe para Belém ares de modernidade que ocorreram em bairros centrais de forma concentrada (RIBEIRO, 2005).

Desde os tempos áureos da borracha e dos ares de modernidade francesa, na cidade de Belém, poucas coisas parecem ter mudado. Houve um espraiamento da cidade para além da primeira légua municipal, rumo a áreas mais longínquas, do centro, e o surgimento de novos bairros marginais e periféricos que foram habitados, sobretudo, por migrantes oriundos de cidades do interior do estado do Pará e da região Nordeste do Brasil (ABELÉM, 2018; TRINDADE JR., 1998).

Estes novos espaços surgentes na cidade, por sua vez, aparentemente não possuíam infraestruturas mínimas e condições dignas de reprodução social, como: saneamento básico, coleta seletiva, distribuição de água e energia elétrica, espaços e equipamentos para o lazer, entre outros e revelaram as disparidades entre as áreas centrais e as periféricas; sendo uma centrada em benefícios incentivados por interesses econômicos e a outra carente de serviços urbanos considerados básicos.

Em meados da segunda metade da década de 1990, até meados da primeira década dos anos 2000, segundo Bahia e Figueiredo (2008), a implantação de espaços e equipamentos de lazer ganha impulso, por meio da construção de inúmeras praças na região metropolitana, ampliando as áreas de lazer à população. Para se ter uma noção, segundo esses mesmos pesquisadores (p. 6), a “área de praça cresceu 53% na cidade de Belém, atingindo 0,61 m<sup>2</sup> por habitante”, chegando a um número de 268 praças na Grande Belém, 53 produzidas somente entre 1997 e 2004, em oposição ao período anterior, 1993 a 1996, sem nenhuma implantação.

Belém possui 71 bairros, distribuídos em oito distritos administrativos (BELÉM, 2020). Segundo Bahia e Figueiredo (2008, p.9) e Santos (2017), em 2000, 47 bairros em Belém possuíam alguma praça e 24 não possuíam qualquer praça. Dentre os que possuíam praças, os bairros com melhor distribuição por metros quadrados (m<sup>2</sup>) por habitantes são “Campina

(19 m<sup>2</sup>), Cidade Velha (2,24 m<sup>2</sup>) e Souza (com 2,25 metros<sup>2</sup>) e os piores em distribuição por metros quadrados (m<sup>2</sup>) são: “o Guamá, Benguí e Paracuri (com 0,02 m<sup>2</sup>), além da Pedreira e Pratinha (com 0,01 m<sup>2</sup>)”.

Diante desse cenário, é possível perceber a centralização e concentração geográfica e econômica dos espaços e equipamentos de lazer mais bem estruturados nos bairros nobres e centrais, atingindo, sobretudo, as pessoas com alto poder aquisitivo. Assim, os espaços e equipamentos de lazer, tanto públicos como privados, se encontram, em sua maioria, distante das áreas periféricas da cidade.

No contexto da cidade de Belém do Pará não é diferente, pois a grande maioria de seus cinemas, shoppings, teatros, praças, bibliotecas e demais espaços de lazer, tanto públicos quanto privados, está localizada no centro da urbe, ficando a população das áreas periféricas da cidade com acesso restrito a essas e outras vertentes de lazer (LOBATO, AIRES, 2013, p. 2).

Segundo Santos (2017), as praças de Belém são um dos atrativos de lazer da cidade e apresentam distribuição desigual, pois os bairros mais antigos, e, hoje elitizados, concentram o maior número destas. Estas, por sua vez, se caracterizam como espaços de contemplação, por serem dotadas de árvores, áreas de passeio, bancos, aparelhos para a prática de lazer como playground, aparelhos de academia de ginástica etc.

Ainda segundo o autor supracitado, Belém tem verificado uma diminuição do número de espaços e equipamentos de lazer, seja pela sua desativação, seja pela deterioração ou ainda pela não construção de novos espaços e equipamentos, refletindo uma desresponsabilização do poder público municipal com a coisa pública, seguindo a lógica de esvaziamento e/ou minimização do papel do Estado na gestão das políticas públicas, como é o caso da educação, da saúde e do lazer como política social.

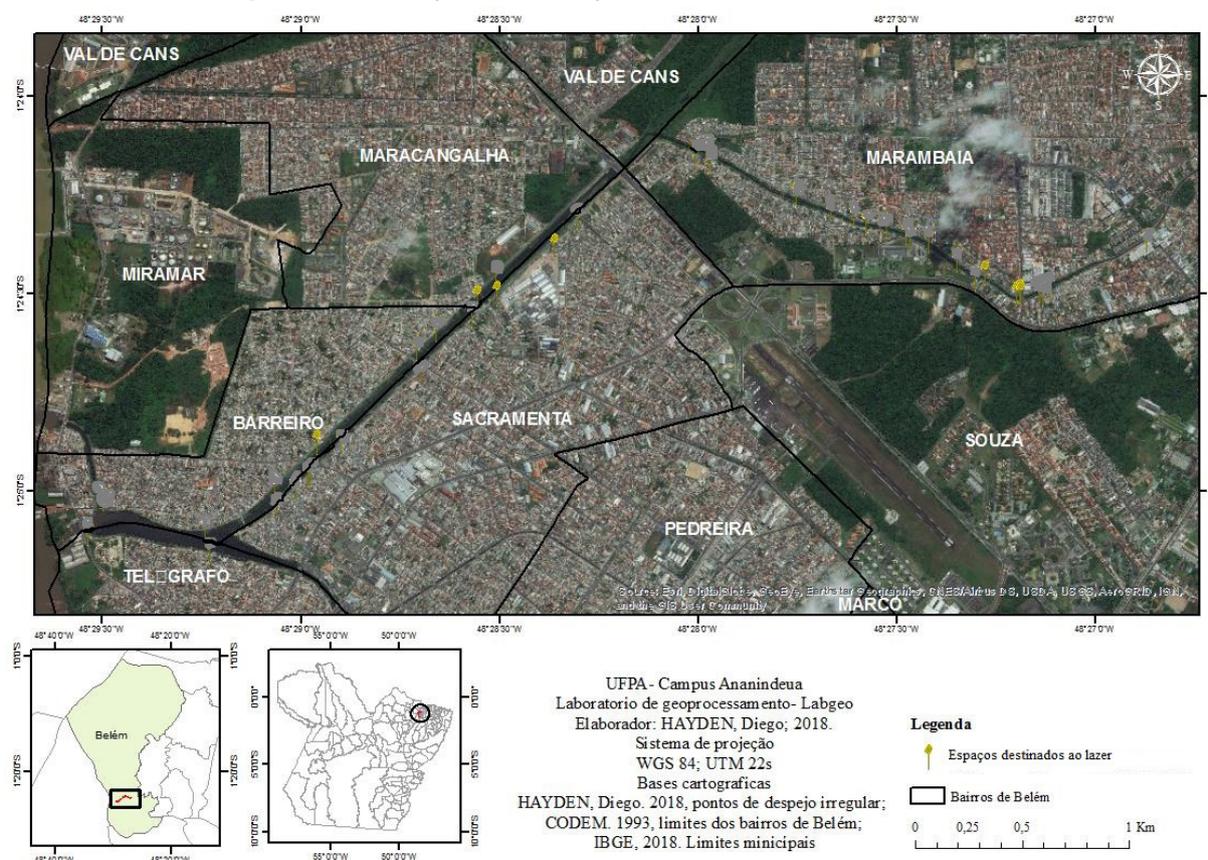
... a qualidade das áreas verdes nessas praças é considerada ruim, pois apenas 34% se mantêm conservados, possuindo ainda 49% de espaços sem jardinagem, 5% sem áreas verdes e 12% abandonadas. Além disto, existem praças onde não é possível vivenciar atividades de lazer em função da quantidade de plantas invasoras e mato e 19 praças não possuem qualquer equipamento para uso público. O lixo também é um grande problema atingindo 30% das praças (61 praças), seis delas de forma excessiva. Quanto aos equipamentos - coretos, bancos, brinquedos, postes etc. - a pesquisa constata que quase a metade deles (48%) está depredada ou inutilizada (39%) (BAHIA; FIGUEIREDO, 2008, p. 8).

Dessa forma, evidencia-se que a maioria dos espaços, equipamentos e políticas de lazer que vêm sendo implementada há algum tempo não inclui a população de forma geral, não havendo uma socialização, um envolver/desenvolver do lazer nas periferias (LOBATO, AIRES, 2013, p. 2), fazendo com que a população periférica busque suas próprias formas de lazer, algo que poderia ser alcançado com a cooperação do Estado.

## **CARACTERIZAÇÃO ESPACIAL DOS EQUIPAMENTOS DE LAZER**

A pesquisa revelou seis espaços destinados ao exercício do lazer. Tais espaços apresentam-se com distribuição, conforme Imagem 2, e conteúdo heterogêneo e não seguem padrões e/ou normas estabelecidos de produção e configuração espacial (Imagem 3).

Imagem: Localização de espaços e equipamentos para o lazer



Fonte: Próprio autor (2018); IBGE (2010); Belém (2014).

A produção do espaço e dos equipamentos de lazer, nesta área, não segue, necessariamente, uma agenda formal e são construídos de forma gradual, paulatina e não sistemática, podendo ser ou não espontânea. Tais lugares localizam-se nas margens dos canais, nas vertentes, e se espalham ao longo de toda área estudada. No entanto, é preciso pontuar algumas características importantes da área de estudo e do espaço produzido para o lazer nesta área que influenciarão a configuração e distribuição da dinâmica do lazer nesta periferia.

- Os espaços descritos agora não são os únicos averiguados ao longo da área estudada, mas representam uma amostra do que tem sido produzido pela população local ao longo do tempo. Assim, outros espaços estão sendo produzido com as mesmas características e outros estão caindo em desuso.
- A produção de arborização do espaço ainda é pontual; mas, neste caso, é de fundamental importância para amenização da temperatura e da sensação térmica. Neste espaço, ao longo do período de Recuperação das Baixadas de Belém (projeto financiado pelo Banco Mundial), a vegetação local foi toda retirada para produção de infraestrutura urbana e requalificação do leito do canal.
- A iluminação pública é deficiente ao longo de todo o percurso estudado. Assim sendo, a iluminação dos espaços de lazer se darão de forma clandestina (“puxada” diretamente da fiação elétrica), das residências, dos próprios postes de iluminação pública (penumbra) ou permaneceram sem iluminação.

- “Há” uma relação respeitosa para a utilização dos espaços e equipamentos de lazer realizada por meio de “contratos” implicitamente estabelecidos entre a vizinhança e os grupos que utilizam estes espaços.

Imagem: Espaços e equipamentos para o lazer



Fonte: Próprio autor, 2020.

#### 1. Espaço de cultivo de flores/paisagístico

Este espaço representa a tentativa de produzir beleza e conforto térmico em meio aos monturos, que se estabelecem a tempo as margens dos canais. Tal se caracteriza pela construção de um espaço com chãos batido e aterrado com entulhos que possuem alguns metros quadrados, geralmente a largura da frente de uma residência ou parte dela, com cercados ou não de madeira envelhecida retirada dos monturos e bancos do mesmo material. Este tipo de espaço é ocupado e utilizado por adultos para da contemplação da paisagem, como recursos para aquisição de alimentos (plantas e árvores frutíferas) e para o lazer realizado por meio de jogos de azar – dominó e baralhos, por exemplo.

#### 2. Espaço espontâneo para divertimento infantil

Este espaço é caracterizado por ser uma área aplainada com entulho e com o piso concretado, com árvores arbóreas e arbustivas plantadas para amenização térmica, onde o lazer é realizado por crianças através de jogos infantis como, por exemplo, amarelinha.

#### 3. Espaço para práticas festivas de sociabilidade e confraternização da vizinhança

Espaço amplo produzido em meio à bifurcação de ruas, com algumas dezenas de metros quadrados, e aterrado com entulhos e/ou caroços de açaí e decorado rústicamente com “reciclagem” de materiais – pneus e madeiras novas e envelhecidas retirados dos monturos. Tais espaços são produzidos pela comunidade (grupo de vizinhos- geralmente homens) e destinados a práticas festivas, de sociabilidade e de vendas de alimentos - lanches.

#### 4. Espaço para práticas esportivas

Área construída às margens do canal, sobre vertentes, e destinada à prática esportiva (geralmente, futebol) de jovens, adultos e crianças. Estes espaços são produzidos com “ampla” participação da vizinhança (geralmente de jovens e adultos) por meio de mutirões para arrecadação de recursos para compra de materiais (areia, tijolos, cimento etc.) e para construção de infraestrutura de lazer.

#### 5. Espaço de playground

Área construída com fins de lazer infantil (atividade física e diversão) construída sobre aterramentos nas vertentes dos canais em meio e sob vegetações arbustivas e arbóreas (convencionalmente, frutíferas – manga, açaí, jambo, castanha etc.) que são utilizadas para amenização de temperatura e da sensação térmica, com extensão de algumas dezenas de metros quadrados.

#### 6. Espaço para práticas religiosas

Este espaço possui algumas dezenas de metros quadrados produzidas na vertente do canal, sobre entulhos aplainado e chão concretado. Tal é produzido por meio de cooperação (dos grupos que utilizam este espaço - vizinhança, evangélicos, católicos etc.) para aquisição de recursos e construção de infraestrutura. Esteticamente, este espaço é decorado com materiais reciclados (pneus e madeira retirada do monturo) ou novos (madeira, tintas, mesas etc.), com infraestrutura (“puxadinhos”) utilizada em meio e sob árvores arbustivas e arbóreas que amenizam a temperatura e diminuem a sensação térmica.

Neste caso específico, a área é dividida em duas partes: uma destinada a cultos/celebrações/vigílias evangélicas que ocorrem, sobretudo, no período noturno nos finais de semana, e o outro destinado às missas católicas realizadas no início da noite e no início da semana.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A falta de espaços e equipamentos de lazer é um dos grandes problemas encontrados nas periferias. Este fato se dá devido à centralização de investimentos, pelo poder público e pela iniciativa privada, para produção de espaços e equipamentos em bairros privilegiados; bem como, pela negligência e falta de políticas públicas direcionadas à realização do lazer de forma universalizada e plural, e ao lazer mercadológico que limita o acesso à realização destes à população de baixa renda.

Segundo Lopes (2018), aos pobres se colocam inúmeros obstáculos para a vivência de um lazer em condições dignas e plenas, pois, as lógicas que engendram a produção dos espaços e equipamentos de lazer, bem tal como o modo de sua apropriação, ocorre de maneira diferenciada/desigual, “colocando em evidência as imposições capitalistas ao produzir modos distintos de apropriação do mesmo espaço, do mesmo bem urbano, aprofundando as desigualdades e a cisão nas relações entre cidadãos” (MARES, 2017, pp. 148-149).

O lazer é um direito adquirido a todo cidadão brasileiro. No entanto, ele parece ser burlado constantemente nos bairros periféricos e de baixa renda; bem como seu potencial sociabilizador capaz de produzir a união e comunhão aos desejos e necessidades da vida cotidiana. Diante disso, a população periférica e de baixa renda cria alternativas a fim de desfrutar de momentos de lazer. Deste modo, uma resistência é produzida com fins de solucionar a escassez de espaços e equipamentos de lazer por meio de uma criatividade, dispersa no cotidiano, sem a qual não haveria outra opção ou espaço para o divertimento que satisfaça e ultrapasse as barreiras e dominações impostas pelos poderes hegemônicos.

Com base no exposto acima, concluímos que neste estudo de caso, na periferia de Belém, espaços e equipamentos de lazer, das mais diversas ordens, são produzidos continuamente pela população local com fins de proporcionar momentos de lazer e de divertimentos a toda comunidade.

O lazer nestes espaços é realizado por uma população plural e periférica (de idades, gêneros e crenças variadas) em áreas produzidas em meio e por meio do monturo (sobre entulhos e com a utilização de reciclagem de materiais retirados do lixo) em espaços relegados devido à sua estética e periculosidade.

Assim sendo, a produção de tais lugares torna-se de fundamental importância, no contexto da periferia de Belém, para a ressignificação do espaço e democratização do lazer, fato que proporciona a ampliação do horizonte de uma vida urbana mais digna na cidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABELÉM, A. G. *Urbanização e remoção: por que e para quem?* 2. ed., Belém: Centro de Filosofia e Ciências Humanas, NAEA, UFPA, 2018.

BAHIA, M. C.; FIGUEIREDO, S. L. Os Espaços Verdes e os Equipamentos de Lazer: um panorama de Belém. *Licere (Belo Horizonte)*, v. 11, p. 1-17, 2008.

BARROS, I. *O lazer na periferia*. SEPA. Seminário Estudantil De Produção Acadêmica, v. 10, p. 2-10, 2006. Disponível em; <https://revistas.unifacs.br/index.php/sepa/article/view/23>. Acessado em: 09 dez. 2020.

BELÉM. SEGEP. *Anuário 2020: Aspectos do município de Belém*. 2020. Disponível em: <https://anuario.belem.pa.gov.br/wp-content/uploads/2020/12/Aspectos-do-Municipio-1.pdf>. Acessado em: 01 mai. 2022.

BELÉM. *Bairros do município de Belém*. Lei nº 7.806 30 de julho de 1996. Disponível em: [http://www.belem.pa.gov.br/planodiretor/Mapas/1a\\_Mapas-Bairros.pdf](http://www.belem.pa.gov.br/planodiretor/Mapas/1a_Mapas-Bairros.pdf). Acessado em: 13 dez. 2020.

BRAMANTE, A. C. *Lazer: concepções e significados*. Livre, Belo Horizonte, v.1, n.1, p.9-17, 1998.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acessado em Março 2022.

CARAVELAS, D. C.; BAHIA, M. C. Lazer e espaços públicos: a visão dos cidadãos de vila dos cabanos em Barcarena – PA. *Revista Corpoconsciência*, Santo André, vol. 14, n. 1, p. 21-34, jan/jun 2010.

CASTRO, V. S.; CASTRO, C. A. T. A gestão pública do lazer em espaços públicos urbanos: um estudo de caso da Praça do Operário, no município de Breves-PA. *Revista Brasileira de Estudos do Lazer*, v. 2, p. 139-158, 2015.

CRESWELL, J. W. *Research design: Qualitative, quantitative, and mixed method approaches*. 2 ed. SAGE Publications. 2003.

FERREIRA, A. M. F.; ROSA, M. C. Gestão de Equipamentos de Lazer Públicos: Estudo da Prefeitura Municipal de Ouro Preto - MG. In: Encontro Nacional de Recreação e Lazer, 2013, Ouro Preto - MG. *Anais do 25º Encontro Nacional de Recreação e Lazer*, 2013.

HAYDEN, D. A. Distribuição Espacial de Depósitos Irregulares de Lixo em Belém: estudo de alguns trechos das margens de bacias urbanas. *Geografia (Londrina)* v. 29, n. 2, pp. 105–121, julho/2020.

LOBATO, F. H. S.; AIRES, J. C. A. A ausência do (des)envolver dos espaços de lazer: do centro urbano às áreas periféricas de Belém (PA). In: 25º Encontro Nacional de Recreação e Lazer, 2013, Ouro Preto. *Anais do Encontro Nacional de Recreação e Lazer*. Ouro Preto: Sesc | Serviço Social do Comércio, 2013.

LOPES, A. C. M. O lazer e as classes populares: controle, cultura popular e resistência. *Lugar Comum*, v. 52, p. 104-121, 2018.

MACIEL, E. B. et. al. Equipamentos físicos esportivos de lazer da cidade de Barra do Garças. *The FIEP Bulletin*, v. 85, p. 1-7, 2015.

MARCELLINO, N. C.; BARBOSA, F. S.; MARIANO, S. H. As cidades e o acesso aos espaços e equipamentos de lazer. *Impulso (Piracicaba)*, v. 17, p. 55-66, 2006.

MARES, R. M. A produção social dos espaços de lazer: o caso de Vitória Da Conquista, Bahia-Brasil. *Formação (Presidente Prudente)*, v. 1, p. 136-152, 2017.

MINAYO, M. C. de S. Ética das pesquisas qualitativas segundo suas características. *Revista Pesquisa Qualitativa*. São Paulo (SP), v.9, n.22, p. 521-539, dez. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.33361/RPQ.2021.v.9.n.22.506>.

PINA, L. W. O equipamento de lazer como cenários das experiências e das atividades no tempo livre. *Revista Brasileira de Estudos do Lazer*. Belo Horizonte, v. 4, n. 1, p. 52-69, jan./abr. 2017.

RIBEIRO, N. F. *A questão geopolítica da Amazônia: da soberania difusa à soberania restrita*. Brasília: Senado Federal, 2005.

SANTOS, V. C. *Requalificação urbana da paisagem de várzea da Vila da Barca – Belém/Pará e suas consequências socioambientais*. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

SANTOS, V. C.; PIMENTEL, M. A. da S. A vila da barca no contexto de ocupação das várzeas de Belém. In: OLIVEIRA, J. M. G. C. (org.). *Espaço, natureza e sociedade: olhares e perspectivas*. Belém: GAPTA/UFPA, 2013. p. 171-190.

SANTOS, D. C. S. dos. Espaços de lazer na política municipal de Belém do Pará. *VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas*, 2017. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo11/espacosdelazernapoliticamunicipaldebelemdopara.pdf>. Acessado em: 30 nov 2020.

SANTOS, F. C. O lazer como direito social: sua inclusão na constituição de 1988. In: Encontro Nacional de Recreação e Lazer - ENAREL, 2013, Ouro Preto. *Anais do Encontro Nacional de Recreação e Lazer - ENAREL*, 2013. v. 25.

SANTOS, R. O. COSTA, V. L. M. TUBINO, M. J. G. História do lazer: uma abordagem sociocultural. *Boletim Brasileiro de Educação Física (Brasília)*, v. 10, p. 718, 2010.

SIQUEIRA, L. O. C. SIQUEIRA, N. M. S. SIMIONATO, A. R. O direito ao lazer: uma dicotomia entre o lazer e o consumo dentro do sistema capitalista. *Lecturas Educación Física y Deportes*, v. 22, p. 1, 2017.

TRINDADE JR., S-C. C. Assentamentos urbanos e reestruturação metropolitana: o caso de Belém. *Geosp*, São Paulo, v. 4, n.1, p.39-52, 1998.